

ESPELHO PROVA SUBJETIVA

Para atingir a pontuação máxima, o candidato deveria ter elaborado o texto de modo a citar e conceituar pelo menos três princípios penais ou processuais penais previstos na Constituição Federal. Além disso, foi avaliado o desenvolvimento do texto quanto à sua estruturação (início, meio e fim), coerência e coesão na concatenação das ideias. Abaixo, alguns princípios e abordagens que também foram pontuadas por revelar domínio jurídico quanto ao tema proposto.

PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Abordagens que foram pontuadas, para além da sua citação e conceituação, são, dentre outras: 1) distinção entre “contraditório” e “ampla defesa”; 2) direito de participação com influência; 3) defesa técnica e pessoal no processo penal etc.

PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL

Abordagens que foram pontuadas, para além da sua citação e conceituação, são, dentre outras: 1) relevância da imparcialidade; 2) vedação ao tribunal de exceção; 3) fixação prévia das competências.

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Abordagens que foram pontuadas, para além da sua citação e conceituação, são, dentre outras: 1) a relação do princípio com o ônus da prova no processo penal; 2) a relação do princípio com a possibilidade de prisão cautelar; 3) execução provisória da pena; 4) jurisprudência do STF sobre a possibilidade de execução da pena após a decisão de segunda instância.

PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Abordagens que foram pontuadas, para além da sua citação e conceituação, são, dentre outras: 1) previsão implícita na CF/88; 2) sua relação com os recursos; sua relação com a ampla defesa e o contraditório no processo penal; 3) a devida investigação penal; 4) Correlação com as provas ilícitas; 5) Correlação com a presunção de inocência; 6) Correlação com o duplo grau de jurisdição; 7) Nulidade do processo e avaliação do prejuízo para o réu

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE OU DA RESERVA LEGAL

Abordagens que foram pontuadas, para além da sua citação e conceituação, são, dentre outras: 1) Legalidade formal e eficácia do princípio; 2) Estrita legalidade da prisão cautelar; 3) integração e interpretação da norma penal;

PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

Abordagens que foram pontuadas, para além da sua citação e conceituação, são, dentre outras: 1) Correlação com a retroatividade da lei penal benéfica; 2) leis temporárias.

PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE DA LEI PENAL BENÉFICA

Abordagens que foram pontuadas, para além da sua citação e conceituação, são, dentre outras: 1) Extraterritorialidade da lei penal benéfica; 2) Lei penal abolicionista e o princípio da continuidade normativa típica; 3) Crime permanente e crime continuado; 4) Combinação de leis.

PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE OU DA RESPONSABILIDADE PESSOAL E PRINCÍPIO CONSEQUENCIAL DA INTRANSCENDÊNCIA

Abordagens que foram pontuadas, para além da sua citação e conceituação, são, dentre outras: 1) Individualização das medidas cautelares processuais penais; 2) A individualização executória; 3) Importância do critério trifásico; 4) Vedação ao bis in idem.

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Abordagens que foram pontuadas, para além da sua citação e conceituação, são, dentre outras: 1) O princípio da proibição da proteção deficiente; 2) Correlação com a individualização da pena; 3) Circunstâncias judiciais na dosimetria da pena.

PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DAS PROVAS ILÍCITAS

Abordagens que foram pontuadas, para além da sua citação e conceituação, são, dentre outras: 1) Provas obtidas ilícitamente e a prevalência do interesse do réu; 2) A prova ilícita por derivação; 3) Interceptação telefônica.